

Lei trabalhista deve adaptar-se ao mundo moderno, diz FHC

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso durante a cerimônia de sanção da lei que instituiu o contrato de trabalho por tempo determinado, realizada ontem no Palácio do Planalto, em Brasília:

"Nada mais expressivo do que essa lei ter sido sancionada imediatamente após o resultado concreto de ela ter sido apresentada através deste contrato, que foi assinado pelos dirigentes sindicais e pelo Doutor Lourenço — pela empresa Fag, pelo Paulo Barbosa, que, depois de seis meses desempregado, encontrou emprego. O importante não é só isso; é que ele ganhava 307 reais e agora vai ganhar quatrocentos e setenta e poucos reais. Mais do que isso, tem a proteção sindical; tem todo convênio coletivo válido para ele, como todas as suas cláusulas; tem a sua cesta de trabalho, seu vale-transporte, enfim, se insere outra vez no mercado de trabalho. E não se insere pura e simplesmente como alguém que não tem o apoio sindical, senão que tem o apoio sindical. Eu creio que são coisas práticas, simples, diretas, que mostram a necessidade daquilo que o ministro Paulo Paiva mencionou, ou seja, do Brasil andar depressa na revisão das relações de trabalho.

Neste momento, nós assinamos uma lei que altera apenas cláusulas para contrato por tempo determinado de trabalho. Não é por contrato temporário, não. Por tempo determinado de trabalho. E, ao ser simplificado o processo, através do apoio do Congresso Nacional, reduz o custo da mão-de-obra, mas não reduz o salário. O salário dele foi aumentado em comparação com que ele tinha antes. O que diminuiu foi o custo da mão-de-obra pelos custos que foram reduzidos em termos das questões sociais que estavam abrangidas de outras formas pela legislação trabalhista.

Nós vamos ter de avançar mais. E ninguém se iluda. A própria noção de trabalho, emprego, está mudando no mundo contemporâneo. E a legislação tem de adequar-se à essas mudanças realizadas hoje pela prática dos sindicatos e dos empresários. Quantas vezes eu tenho sido instado para entrar diretamente como presidente, portanto, como poder político, na discussão entre trabalhadores e empresários. Quantas vezes eu tenho dito que não é esse o meu papel. Porque esse era o papel antigo, do

que nós estamos modificando. A intervenção do poder político que depois tem um custo. Esse custo será pago pelos consumidores em geral e pelos que pagam impostos, porque de alguma maneira se busca uma forma que leve para o Tesouro a conta.

Não é isso que nós estamos fazendo agora. Nós estamos, sim, do lado dos trabalhadores. Quantas vezes essas dificuldades da vida — não só no caso específico dos trabalhadores, agora, da Volkswagen — eu manifestei claramente a minha opinião de que era preciso encontrar uma fórmula que facilitasse a negociação e o governo tinha dado benefícios suficiente às empresas montadoras para que elas, agora, também prestassem atenção que têm de ceder a alguma das reivindicações dos trabalhadores. Mas eu digo isso no plano político geral. Eu não digo isso como uma parte envolvida na negociação concreta. Porque essa interferência não ajuda o trabalhador, senão que o faz dependente, tutelado pelo Estado e mais adiante vai engajá-lo sob a forma populista nas mãos daqueles que estão interferindo para, um dado momento, "auxiliá-lo". Isso nós não queremos.

Nós não queremos o trabalhador engajado no governo, no presidente ou líder político para obter vantagens. Nós queremos o trabalhador de cabeça erguida, defendendo os seus interesses através dos seus sindicatos, na luta direta na fábrica. Nós queremos o empresário consciente da necessidade de avançar como foi o Masini, num momento importante, como estão sendo agora os que estão avançando. E, sabendo que a política geral do governo, isto sim, corresponde a nós. Tem de ser uma política que facilite a criação de empregos, permita a redução de custos sociais, permita avançar.

Esse é o novo Brasil. Não é o Brasil em que os políticos, aqui representados por todos nós que estamos desse lado do tabuleiro, estejam tirando vantagem das dificuldades do trabalhador e negociando por eles. Eles não precisam mais disso. Eles têm quem os represente com capacidade de negociação por intermédio de seus sindicatos, das suas centrais sindicais. Têm autonomia e é isso que nós queremos, um Brasil em que o trabalhador seja mesmo cidadão e não fique alienado ao poder político; nem sequer aos partidos políticos,

que não devem tampouco ser instrumentos desse tipo de atuação, pois a função do partido é outra. É lá no Congresso ou é na sociedade, levantando os temas gerais e fazendo avançar o processo brasileiro e o processo legislativo.

Quero reafirmar o que disse o ministro Paulo Paiva. O Congresso tem, nos momentos necessários, atuado com presteza para criar um novo quadro legal no Brasil. Basta ver, agora, nessa convocação extraordinária. Esse fato só já valeria a convocação extraordinária. Esse fato só, de nós termos feito um avanço. Nunca linha havido nenhuma modificação na legislação trabalhista. Tabu. Quebrou o tabu. Só isso já mostra que o Congresso está atuando e eu não tenho dúvida de que, no momento necessário, vai, sim, votar as reformas. Votará no Senado, seguramente. Mas votará na Câmara também, a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa porque elas são essenciais para que o Brasil possa continuar a prosperar. Para que nós possamos continuar a ter investimentos e, portanto, possamos continuar a ter emprego.

Eu quero lhes dizer — e não vou falar demais, o ministro do Trabalho já fez uma exposição bastante ampla sobre a matéria — que, no que diz respeito à criação de emprego, que é o desafio do mundo contemporâneo, o governo tem feito o que pode para criar as oportunidades de trabalho. Nós todos sabemos que as modificações tecnológicas que estão se produzindo em vários níveis, no mundo contemporâneo, economizam mão-de-obra e, portanto, criam um problema de emprego. Isso não tem nada a ver com as políticas econômicas em si nem sequer com os regimes políticos dos diferentes países; tem a ver com a grande modificação no sistema tecnológico mundial e uma modificação, também, grande, no sistema de trocas internacionais, de produção estendida pelo mundo todo, em que a racionalização crescente se impõe como norma e a competição obriga a que haja um avanço grande nessa racionalização crescente.

Mas isso não faz com que a sociedade possa assistir de braços cruzados às consequências desse processo sem criar fontes de trabalho, sem criar capacidade de trabalho. E capacidade de trabalho significa, como disse o ministro, treinamento de

mão-de-obra, retreinamento de mão-de-obra. Significa, também, o investimento que tem de ser crescente e tem de, crescentemente, não ater-se apenas ao grande investimento.

O Brasil deu um salto enorme em matéria de investimento. As consequências estão começando a chegar nas várias áreas de infra-estrutura, de telecomunicações, de bens de capital, em vários setores, na indústria automobilística, na têxtil, em vários setores. Mas isso não basta. Nós precisamos criar uma rede imensa de empresas pequenas, micro e médias, porque essas empresas pequenas, micro e médias são, realmente, o colchão que permite a acomodação do emprego e o necessário atendimento aos vários níveis da população. E nós estamos muito ativos nessa matéria também. Os programas mencionados pelo ministro do Trabalho precisarão avançar mais. Estão avançando. No caso do Pronaf, que é o apoio à pequena agricultura, a modificação foi enorme. Foi enorme. Quando eu assumi o governo não havia nenhum financiamento, nenhum, zero, para que fosse pequeno produtor familiar. Zero. Hoje, o ministro acabou de dar as cifras, são milhões de reais e centenas de milhares, senão um milhão, de famílias atendidas num prazo de dois anos em que esse programa foi se estabelecendo e vai crescendo.

Precisamos do equivalente, com a mesma energia, no setor urbano. Já existe o Proger no setor urbano. Mas nós vamos aumentar a eficiência dele. É preciso fazer com que — não é a questão do governo — os agentes financeiros que vão chegar lá em baixo por causa do nível de empréstimo que é de 6 mil reais, portanto, os custos muita vezes não compensam dado que a taxa de juros é pequena para esses empréstimos. Muitas vezes o agente financeiro não se interessa ou não tem condições de se interessar da maneira necessária. Nós vamos ampliar isso.

Precisamos — o ministro está cuidando do assunto — criar novos agentes, fazer com que os Estados da Federação se interessem pela destruição desses recursos. As Caixas Econômicas. Eu não sei que mecanismo mais, quem sabe até os sindicatos. Depende de como se avance nessa matéria, porque os recursos existem, a disposição política existe, a necessidade da sua utilização existe. Faltam os elos. Mas é bom que

nós estamos num Brasil em que, hoje, as questões já não são mais as de ontem, faltavam os recursos e faltavam as políticas. Agora, nós temos os recursos — começamos a tê-los — e temos as políticas. Faltam os elos administrativos, a gestão, a capacidade de chegar lá embaixo. A capacidade de permanecer a sociedade com as decisões que são tomadas nos vários níveis de governo e da própria sociedade. E isso requer uma mobilização mais ampla, uma agilidade maior, uma participação maior. A criação de novos mecanismos, novas teias que unam a decisão ao resultado imediato e, nesse esforço, nós precisamos contar com os sindicatos, com os órgãos municipais, com os órgãos estaduais, com os empresários.

Não se pode mais governar o Brasil pensando que só com um decreto as coisas estão resolvidas. Nós estamos numa etapa em que a gestão passa a ser tão ou mais importante do que a decisão inicial, do que a decisão política ou do que a decisão técnica do investimento. É questão de como é que se faz para que haja uma gestão melhor. E gestão melhor, no mundo de hoje, é gestão compartilhada, é gestão participatória, em que as pessoas e os vários grupos sociais possam corrigir os desmandos que ocorram, aqui ou ali, que possam criticar, mas também que assumam a responsabilidade de fazer e de avançar.

Este é um novo país. E eu quero felicitar, realmente, a Força Sindical pela iniciativa que teve. E felicito com satisfação. Como eles sabem — e os que estão aqui são da Força Sindical —, eu assisti à fundação da Força Sindical, participei das assembleias de fundação, como senador, no congresso de fundação. E participei não com o espírito de quem quisesse me beneficiar por lá estar, mas com o mesmo espírito que aqui mencionei, com quem percebia que era necessário ter competição na área sindical, como quem percebia que era necessário evitar o monopólio da representação sindical, porque o monopólio, em qualquer setor da atividade humana, é negativo. E na representação sindical também é negativo.

O fato de ter sido modificado e ampliado foi muito positivo. E a tudo que for possível fazer para ampliar a competição, até em nível sindical, eu sou favorável, porque o

mundo de hoje não pode mais ser um mundo configurado burocraticamente, um mundo em que alguns dominam um setor da sociedade, seja da força de trabalho, seja do capital, seja dos recursos naturais e, a partir de decisões fechadas, pensam que estão resolvendo pelo país, quando, na verdade, estão impedindo que o país avance. Foi com esse espírito que eu apoiei naquele momento, a fundação.

E vejo que foi bom. Foi tão bom que hoje a CUT também está negociando. E, se ontem a CUT dizia que tudo que a Força Sindical estava fazendo era contra o trabalhador, hoje, por sorte dos trabalhadores e da própria CUT, ela assumiu a responsabilidade de avançar numa negociação que vai além da legislação trabalhista. É preciso, agora, que os deputados que representam as forças trabalhistas não fiquem agarrados ao passado, pendurados, sem saber, no autoritarismo do pior momento do Getúlio e no autoritarismo do pior momento militar, que não queria nem mexer em nada sindical. Que saiam dessa posição de imobilismo e venham para luz do dia discutir com o Brasil os passos que têm sido dados e compitam livremente nas idéias, na proposta de soluções, porque o trabalhador que está sem emprego precisa de emprego, não precisa de palavras de ordem, precisa de trabalho. E trabalho, hoje em dia, não se faz senão da maneira que foi aqui descrita, criando condições de mais desenvolvimento e criando confiança na sociedade — repito — que não quer dizer subordinação a ninguém, nem ao presidente nem a nenhum líder político, nenhum líder sindical, senão que significa confiança no futuro do nosso país.

É com esse espírito, portanto, que eu, com muita alegria, sancionei esta lei. Reitero meus agradecimentos a todos que dela participaram, muito especialmente aos relatores do Congresso Nacional, os seus presidentes do Senado e da Câmara, aqui presentes, ao ministro do Trabalho, que, mineiro como é, dá a impressão de que não está fazendo as coisas e, quando você vai ver, já fez tudo — é preciso tomar cuidado. E também aqueles que já correram no atendimento da lei e já assinaram, aqui, esse novo contrato. E finalizo apertando a mão do Paulo Barbosa, que, afinal, é o primeiro que vai avançar nesse sentido."